

A escola como espaço de alteridade: uma análise crítica sobre os marcos teóricos e psicossociais da educação inclusiva.

The school as a space of otherness: a critical analysis of the theoretical and psychosocial frameworks of inclusive education.

Alexandro de Abreu¹
Ana Terezinha Jacques Orth²
José Alex Pereira Rodrigues³

RESUMO

O presente artigo examina os nexos históricos, teóricos e psicossociais que sustentam a educação inclusiva, deslocando-a de uma perspectiva puramente técnica ou normativa para compreendê-la como um compromisso ético e civilizatório. Apoiando-se nos fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade, o texto problematiza os mecanismos estruturais do preconceito, a falsa projeção e a tendência contemporânea à patologização e medicalização do fracasso escolar. Discute-se, ainda, o complexo panorama relacional entre a escola e as famílias, muitas vezes marcado por ruídos e assimetrias. Argumenta-se que a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva demanda a superação de modelos de gestão verticais e a reinvenção do cotidiano escolar a partir do acolhimento genuíno da alteridade e da busca pela emancipação humana.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Teoria Crítica. Preconceito. Psicossociologia escolar. Relação Família-Escola.

ABSTRACT

This article examines the historical, theoretical, and psychosocial nexuses underlying inclusive

¹ ORCID - 0009-0005-1697-3936.

² ORCID - 0009-0001-6272-9492.

³ ORCID - 0009-0008-0566-3483

education, moving it away from a purely technical or normative perspective to understand it as an ethical and civilizing commitment. Grounded in the Critical Theory of Society, the paper discusses the structural mechanisms of prejudice, false projection, and the contemporary tendency toward the pathologization and medicalization of school failure. Furthermore, it addresses the complex relational landscape between schools and families, which is often marked by friction and asymmetry. The study argues that consolidating a truly inclusive school requires overcoming vertical management frameworks and reinventing daily school life based on the genuine welcoming of otherness and the pursuit of human emancipation.

Keywords: Inclusive Education. Critical Theory. Prejudice. School Psychosociology. Family-School Relationship.

1. INTRODUÇÃO

Discutir a educação inclusiva na atualidade exige ir muito além da repetição de preceitos legais ou da verificação burocrática de adaptações físicas e curriculares nas escolas. Mais do que uma diretriz administrativa, a inclusão encerra um profundo debate sobre qual modelo de sociedade desejamos construir e de que maneira acolhemos, ou rejeitamos as diferenças nos espaços onde a vida em coletividade se forma.

Conforme apontam análises de referência na área, a exemplo do estudo desenvolvido por Nunes, Saia e Tavares (2015), a diversidade não pode ser reduzida a um ato de benevolência ou a uma concessão de favores destinada a grupos historicamente marginalizados. Pelo contrário, ela se revela como uma dimensão incontornável na luta coletiva pela humanização e pela radicalização da democracia dentro e fora dos muros escolares.

No entanto, o cotidiano das instituições de ensino frequentemente esbarra em barreiras profundas. Abismos comunicacionais entre a escola e a sociedade, alimentados por preconceitos enraizados e pela imposição de políticas públicas verticais, dificultam a efetivação de um ambiente verdadeiramente democrático. Soma-se a isso a pressão de uma racionalidade tecnicista que prioriza métricas de desempenho, apostando na patologização das diferenças e na burocratização do atendimento, o que acaba por esvaziar a dimensão humana e intersubjetiva do ato educativo.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar criticamente os fundamentos históricos, epistemológicos e psicossociais que estruturam a educação inclusiva. Para tanto, mobiliza a matriz analítica da Teoria Crítica da Sociedade com o intuito de iluminar os mecanismos do preconceito, as dinâmicas relacionais entre famílias e escolas, bem como os caminhos possíveis rumo à emancipação humana.

2. DO ISOLAMENTO À INCLUSÃO: CAMINHOS E RUPTURAS HISTÓRICAS

Para compreender o lugar social ocupado hoje pelas pessoas com deficiência, é preciso revisitar

as marcas deixadas ao longo da história ocidental. As respostas sociais à diferença oscilaram drasticamente entre o extermínio, a segregação em instituições totais, a caridade assistencialista e, tardiamente, a luta por direitos civis e cidadania plena. Em períodos remotos, visões mágico-religiosas ou utilitaristas rotulavam o corpo divergente como anomalia, fardo ou castigo. Com a chegada da modernidade industrial, novas exigências de padronização produtiva emergiram, moldando formas sutis, porém implacáveis, de exclusão. A virada estrutural começou a ganhar fôlego no período pós-guerra do século XX, impulsionada pelas demandas de reabilitação e pelas pressões de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Esse processo culminou nas mudanças paradigmáticas dos anos 1990, impulsionadas por marcos globais como as Conferências de Jomtien (1990) e Salamanca (1994). Houve, então, uma transição conceitual decisiva: se o modelo de *integração* exigia que o aluno com deficiência se esforçasse para caber em uma estrutura escolar rígida e padronizada (culpabilizando-o pelo próprio insucesso), a *inclusão* virou essa lógica do avesso. Sob o novo paradigma, é a escola que precisa se transformar sistemicamente para acolher a diversidade de todos os estudantes, sem exceção (Mendes, 2006).

Desse modo, a educação inclusiva deixa de ser tratada como um apêndice ou um subsistema voltado a um grupo específico, convertendo-se no próprio eixo estruturante de uma proposta educacional democrática.

3. A RAIZ PSICOSSOCIAL DO PRECONCEITO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA

Compreender por que as barreiras atitudinais contra a deficiência persistem com tanta força exige ir além da superfície dos discursos. A contribuição de Crochík (2006) ao diferenciar o "pré-conceito" compreendido como a reação cognitiva inicial e natural diante do desconhecido, do "preconceito" propriamente dito marcado pelo fechamento dogmático e pela recusa ao diálogo, oferece uma ferramenta analítica preciosa para examinar o ambiente institucional.

Quando buscamos sustentação filosófica na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especialmente nas reflexões de Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1986; 1973), percebemos que o preconceito não é um mero desvio moral individual ou um erro passageiro de julgamento. Ele se configura como uma exigência estrutural da sociedade administrada pelo capital tardio. Em um modelo socioeconômico centrado na hipertrofia da razão instrumental, na busca implacável por eficiência e no culto à performance (Imbrizi, 2005), o corpo que manifesta limites físicos ou funcionais sofre o peso do estigma da inutilidade.

Analisando sob a ótica da personalidade autoritária (Adorno et al., 1965), o sujeito preconceituoso recorre frequentemente ao mecanismo da *falsa projeção*. Incapaz de lidar com suas próprias fragilidades, angústias e frustrações diante das exigências sociais, ele descarrega sua agressividade reprimida sobre os grupos estigmatizados. Isso explica a impressionante

maleabilidade com que os alvos de discriminação se alteram ao longo da história.

Por isso, o contato autêntico e cotidiano com a alteridade na escola regular funciona como um poderoso antídoto formativo. Ele desconstrói a rigidez dos estereótipos e convida os estudantes a desenvolverem sensibilidade ética e pensamento crítico diante do que é diferente.

4. O DESENCONTRO INSTITUCIONAL: ESCOLA, FAMÍLIA E A ARMADILHA DA MEDICALIZAÇÃO

Um dos maiores desafios enfrentados na efetivação da inclusão diz respeito à qualidade da relação entre a escola e as famílias, sobretudo aquelas oriundas das camadas populares. A pesquisa educacional brasileira tem denunciado há décadas a existência de um "desencontro" histórico em que a instituição escolar, pautada por parâmetros meritocráticos e excludentes, tende a responsabilizar a dinâmica familiar pelo insucesso acadêmico do aluno (Patto, 1992).

Sob o argumento recorrente do "despreparo docente" que muitas vezes serve como mecanismo de defesa para evitar o enfrentamento real da diferença, o sistema educacional frequentemente transfere para a medicina e para a psiquiatria a responsabilidade sobre dificuldades que são essencialmente pedagógicas e sociais. Esse processo de patologização e medicalização da infância (Moysés, 2001; Moysés; Collares, 1997) transforma questões complexas de aprendizagem em distúrbios puramente orgânicos, silenciando o debate sobre as deficiências estruturais das próprias escolas.

Além disso, políticas públicas impostas de cima para baixo, sem diálogo genuíno com os professores e as famílias, esvaziam o sentido democrático da inclusão. Superar esse panorama exige tecer pontes institucionais e abrir espaços de escuta simétrica, onde o saber empírico e o afeto da família dialoguem lado a lado com a práxis pedagógica (Celio Sobrinho; Alves, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir criticamente sobre a educação inclusiva nos lembra que o tema transborda os limites das adaptações curriculares ou do cumprimento frio de exigências legais. A inclusão é, antes de tudo, um compromisso civilizatório com a dignidade humana e com a recusa intransigente de qualquer forma de barbárie social.

Ao desmascarar os nexos entre o preconceito, a lógica produtivista e os desvios da medicalização escolar, compreende-se que a escola contemporânea tem o dever inadiável de resgatar sua essência humanizadora. Diante de pressões tecnicistas que reduzem a educação a meros índices de desempenho, urge reafirmar a escola como espaço vivo de alteridade, diálogo horizontal e resistência democrática.

A verdadeira inclusão não se decreta por meio de portarias burocráticas; ela se faz no dia a dia, na coragem pedagógica de abraçar a imprevisibilidade do encontro com o outro, desarmando preconceitos e reconhecendo na diversidade humana a expressão mais autêntica da nossa riqueza

coletiva.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. et al. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- AMARAL, Ligia Assumpção. **Resgatando o passado: deficiência como figura e vida como fundo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- ANGELUCCI, Carla Biancha. **O educador e o forasteiro: depoimentos sobre encontros com pessoas significativamente diferentes**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: EDUC, 2003.
- CELIO SOBRINHO, Reginaldo; ALVES, Ediclea Mascarenhas. A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica funcional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 323-338, jul./set. 2013.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- IMBRIZI, Jaqueline Maria. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio: uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Inteligência abstraída, crianças silenciadas: as avaliações de inteligência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-89, 1997.
- NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.
- PATTO, Maria Helena Souza. Família pobre e escola pública: anotações de um desencontro. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 107-121, 1992.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.